

CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Mônica Saldanha¹

ACADEMIC CONTRIBUTIONS FOR CONFRONTING SEXUAL VIOLENCE ON BRASILIAN UNIVERSITIES

Resumo: A violência sexual assume contornos específicos no ambiente universitário, com características que dificultam sua percepção e enfrentamento. Uma vez que o ingresso no ambiente universitário representa não apenas a perspectiva de formação acadêmica, mas principalmente o acesso a direitos básicos, a violência sexual representa mais do que uma violação de direitos, configurando-se como um obstáculo ao pleno exercício da cidadania. Com a crescente tendência de comunidades universitárias fomentarem as denúncias e apoiarem as vítimas, exigindo intervenções, ações institucionais vêm sendo tomadas, a exemplo da CPI das Universidades e da criação da Rede Quem Cala Consente, na Universidade de São Paulo (USP). Esta revisão bibliográfica objetivou reunir estudos cujo intuito seja mapear o cenário de violência sexual em universidades brasileiras, para levantar que tipo de contribuições ao enfrentamento da violência a academia tem fornecido, comparando-os, em seguida, àqueles relacionado à violência de gênero e aos estudos internacionais sobre violência sexual universitária.

Palavras-chave: violência sexual; violência de gênero; mulheres universitárias; direitos humanos; educação

Abstract: Sexual violence in the universities context acquires specific characteristics which turn even more difficult to perceive and confront aggressions. Since university attendance is more than a perspective for academic education, representing basic human rights access, sexual violence typify an obstacle to full exercise of citizenship rather than just an individual violation. Seeing that university students have been gathering to promote denunciation, support victims and demand for interventions, institutional actions - as the designated commission of parliamentarians that investigated human rights violations in São Paulo and the network Rede Quem Cala Consente, at Universidade de São Paulo (USP) – are now ongoing. This review aimed to gather studies whose purpose was to map the sexual violence scenario at Brazilian universities, so we could detect in which ways academy has been contributing to sexual violence confrontation, and compare them to international studies on the same topic as well as to studies on gender violence.

Keywords: sexual violence; gender violence; female students; human rights; education

¹ Graduada em letras. Pós-graduada em educação sexual e integrante do Grupo de Pesquisa em Sexualidade Humana da Unisal. E-mail: saldanha.msp@gmail.com

Introdução

No início do ano de 2015, a Comissão Parlamentar de Inquérito responsável pela investigação de violações aos direitos humanos no cotidiano de universidades paulistas (conhecida como CPI das Universidades) publicou seu relatório final² (ALESP, 2015), no qual se compilaram relatos de violência das mais diversas formas, entre elas tortura e estupro. A instalação da CPI ocorreu em um cenário de denúncias capitaneadas por coletivos de estudantes, principalmente de orientação feminista, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Alesp (AGÊNCIA BRASIL, 2014; O GLOBO, 2014). Consta no relatório final que, apenas na Universidade de São Paulo (USP), foram registrados 11 casos de estupro por ano, conforme dados colhidos pelo Núcleo de Violência Contra a Mulher. Há que se ressaltar, ainda, que, segundo dados colhidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, menos de 10% dos casos de violência sexual são reportados, indicando que os casos registrados são apenas uma pequena parcela da violência real, não constituindo indicador confiável para o estudo do fenômeno (CERQUEIRA; COELHO, 2014). É preciso, portanto, criar metodologias que nos permitam acessar a realidade da violência sem que as distorções causadas pelo medo da denúncia, pelo estigma social e pela distorção de informações causada pela naturalização cultural prejudiquem os resultados (FISHER; DAIGLER; CULLEN, 2010).

Pesquisa realizada pelo IPEA no Brasil demonstra que 88,5% das vítimas de violência sexual no país são do sexo feminino; se considerados apenas os casos com vítimas adultas, o índice sobe para 97,5% (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Estudos realizados nos Estados Unidos afirmam que mulheres entre 16 e 24 anos (idade acadêmica) estão em risco quatro vezes maior de sofrerem violência sexual do que a média (FISHER; CULLEN; TURNER, 2000), entretanto, não foram encontradas diferenças consideráveis de vulnerabilidade entre estudantes e não estudantes (SINOZICH; LANGTON, 2014). Fisher, Daigler e Cullen (2010) afirmam que, apesar de as es-

tudantes universitárias não sofrerem risco acentuado de violência sexual, a vitimização sexual – que abrange estupro, assédio, perseguição – caracteriza uma desigualdade velada, um custo adicional à vida acadêmica feminina que dificulta o acesso e a permanência das mulheres nas universidades. Ademais, os autores destacam o fato de que, nas universidades, a prevalência de crimes sexuais perpetrados por conhecidos das vítimas (*acquaintance rape*, em contraste com o *strange rape*, perpetrado por desconhecidos³) torna as pesquisas e estratégias de enfrentamento mais complexas, uma vez que os comportamentos violentos estão naturalizados na cultura. Karjane, Fisher e Cullen (2002) descrevem, ainda, a incidência de estresse pós-traumático e a dificuldade de recuperação psicológica e emocional entre as vítimas de violência sexual nas universidades, relacionadas a fatores específicos deste cenário, como a convivência diária das vítimas com os agressores.

Ademais, considera-se que a educação – compreendida como capacitação profissional e formação do indivíduo para exercício da cidadania – é elemento essencial para o acesso a direitos e recursos (VIANNA; UNBEHAUM, 2004). Sendo assim, a segurança das mulheres no ambiente acadêmico configura necessidade imediata para a construção de uma sociedade igualitária e humana. Para tanto, compreender que a violência é um fenômeno social, perpassado por significados de gênero e relações de poder, é essencial. A proposição de intervenções, a criação de programas de prevenção e a solução das desigualdades demandam estudos que nos permitam conhecer e acessar a realidade acadêmica, constituindo um compromisso social inadiável. Este estudo objetivou, portanto, levantar informações sobre as contribuições oferecidas pela academia aos estudos de violência sexual nas universidades, com destaque para a sua intersecção com o gênero, especificamente no Brasil.

Educação e transformação social

O Ministério da Educação considera que é de responsabilidade do sistema educacional ga-

² O relatório final está disponível no site da Alesp : <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3092.pdf>>.

³ Fisher, Daigler e Cullen comparam o perfil do crime de estupro prevalente nas universidades ao que Susan Estrich (1987) chamou de “estupro real”: enquanto o segundo é marcado pelo reconhecimento da existência de um crime e da pessoa agredida como vítima, o primeiro é socialmente estigmatizado como uma consequência das ações da vítima, retirando-se o caráter criminoso do ato e a responsabilidade do agressor, naturalizando seu comportamento violento.

rantir não apenas a formação para o trabalho, mas para o exercício pleno da cidadania, comprometendo-se com a eliminação das desigualdades históricas e incorporando princípios de respeito aos direitos humanos, um compromisso formalizado através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) (VIANNA, UNBEHAUM, 2004; BRASIL, 2014). Conforme explicam as pesquisadoras Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum, essa perspectiva se insere no bojo das políticas públicas elaboradas após a redemocratização do país, que apontam para um alargamento do escopo educacional e compreendem a educação como um requisito para o “acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, constituindo-se em condição necessária para se usufruir de outros direitos constitutivos do instituto da cidadania” (OLIVEIRA apud VIANNA; UNBEHAUM, 2004), em consonância com o entendimento apresentado em âmbito internacional, conforme se pode observar nos diversos instrumentos de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário (FROSSARD, 2006). Em outras palavras, a educação não pode ser considerada como um fim em si mesma, tampouco como a simples transferência de conhecimento com objetivos utilitaristas, mas como uma ferramenta para o exercício da cidadania (VIANNA; UNBEHAM, 2004, p. 96).

Paulo Freire, educador brasileiro reconhecido no âmbito internacional por sua obra, discorre sobre o papel da educação na transformação social, destacando o ambiente educacional como locus possível tanto para a reprodução de valores sociais quanto para a transformação através da criatividade humana (FREIRE, 1987, 2015). Para o autor, o processo de ensino-aprendizagem não ocorre de forma unilateral, mas em constante diálogo: entre educador e educandos e, principalmente, entre sujeito e mundo, dicotomias de caráter apenas aparente, visto que funcionam em constante interação, com limites fluidos e inevitável interdependência (FREIRE, 1967).

O autor define a consciência humana como um “ir ao mundo para captá-lo” (1967, p. 15) e o homem como um ser, ao mesmo tempo, condicionado e incompleto; a construção da presença do homem no mundo não acontece “em isolamento, isenta das forças sociais” (2015, p. 53), mas a consciência sobre si mesmo coloca-o sempre em reconstrução, aberto ao novo, no que Freire define como o processo permanente de aprendizagem. Depreende-se daqui que

a aprendizagem, para Freire, vai muito além da educação formal, programada, abrangendo todas as sociabilidades, todas as possibilidades de relação intrapessoal, interpessoal e entre sujeito e mundo. Neste ínterim, cabe citar a afirmação de Mary Neide Figueiró, no que toca a educação sexual:

Ao se perguntar a um adulto: como foi a sua educação sexual?, quase sempre, aquele, cujos professores não explicaram nada sobre, diz logo que não teve educação sexual. Na verdade, todos nós a tivemos, ao longo de nossas vidas, desde que nascemos. [...] Todas as pessoas vão influenciando a criança, desde o nascimento, ao longo de toda a sua vida, na formação de suas ideias e valores sobre corpo, abraço, beijo, namoro, relação sexual, carinho, nudez, parto e assim por diante. (FIGUEIRÓ, 2013, p. 20).

Revela-se, portanto, a relação entre a educação e o respeito aos direitos humanos: sendo a escola o ambiente em que o Estado unifica e coordena o ensino, a solução das desigualdades sociais passa, necessariamente, por uma educação que promova – e corporifique através do exemplo (FREIRE, 2015) – valores de igualdade, respeito à autonomia e fomento à transformação humana. Somente a informação não é suficiente, é preciso incentivar uma prática igualitária, partindo de todos os sujeitos que ensinam e aprendem em conjunto, transformando a si mesmos e ao mundo.

A violência sexual como fenômeno gerado

Susan Brownmiller define a violência sexual – e sua constante ameaça – como instrumento através do qual as pessoas do sexo feminino têm sua sexualidade e seu espaço social constantemente controlados (BROWNMILLER, 2013). Catherine MacKinnon, por sua vez, defende que a diferença sexual é definida, a um só tempo, como diferença e como erótica por meio da objetificação, ou seja, “o ato de controle define a diferença da mulher (mulher como objeto/outro) e a erotização [associação entre o determinado comportamento e a sensação de prazer] do ato de controle define a diferença da mulher como sexual (erótica)” (LAURETIS, 1990, p. 119). Adrienne Rich cita MacKinnon para sublinhar a similaridade entre a violência sexual e a prática sexual comum, destacando que ambas partilham o mesmo embasamento, a erotização da

assimetria de poder, do par dominação/subordinação, inexistindo diferença qualitativa entre elas (2010, p. 28). Michel Foucault explica que a sexualidade organiza-se em forma de dispositivo – uma rede de discursos que se interpe-lam delimitando espaços de fala e de silêncio, interdições e liberdades, sempre contextuais e contingentes – que regulamentam e dão significado social às práticas sexuais e eróticas (FOUCAULT, 1988). Monique Wittig, por fim, afirma que esse dispositivo, instruído pelo que a autora chama de pensamento heterossexual (WITTIG, 1980), funciona como um instrumento de controle da reprodução, a partir do qual se criam duas categorias necessariamente opostas e complementares, cada qual com um lugar social bem delimitado: os sexos feminino e masculino (WITTIG, 1980, 1993).

Em última análise, a violência sexual figura como ferramenta de manutenção da hierarquia social fundada no controle da capacidade reprodutiva, em profunda interlocução com o sistema simbólico que dá significado, inteligibilidade aos corpos: o gênero. Essa relação poderia explicar fenômenos como o chamado “fantasma da violência sexual”⁴ (FERRARO; 1996), a acentuada prevalência de pessoas do sexo feminino entre as vítimas de violência sexual (no Brasil, 97,5% entre as vítimas adultas e 88,5% do total) (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 8) e de pessoas do sexo masculino entre os agressores (96,66% para vítimas adultas) (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 9), bem como o fenômeno de reprodução de padrões heteronormativos na violência sexual ocorrida em prisões exclusivamente masculinas dos Estados Unidos, descrito por Brownmiller (2013)⁵. Em outras palavras, a violência sexual está intimamente ligada à manutenção de status desiguais para homens e mulheres na sociedade.

Seguindo esta linha de pensamento, e à semelhança de Brownmiller (2013), o direito internacional passou a reconhecer a violência sexual como uma forma de controle e demonstração de poder a partir das análises do estupro como arma de guerra⁶:

O estupro é uma das armas mais destrutivas de um conflito armado. Em parte, isso se deve à sua capacidade de desmoralizar um grupo conquistado. O estupro, ou a ameaça de estupro, pode levar ao deslocamento da população, fazer com que as pessoas fujam de seus países para evitar a violência sexual que a invasão militar pode trazer. O estupro também gera vergonha e trauma, o que pode impedir casamentos, provocar divórcios, dividir famílias, obrigar mulheres a abandonar ou matar crianças que são fruto de violação (LENTIN, 1997) e destruir os próprios alicerces sobre os quais a cultura humana se baseia e se mantém. [...] O estupro durante a guerra serve também como uma forma de controle social que pode suprimir os esforços para mobilizar a resistência de um grupo conquistado. Em casos assim, ele é cometido muitas vezes diante de parentes e membros da família; as vítimas são violadas, mortas e expostas ao público como lembrete para que os outros se submetam a obedeçam às ordens do invasor (VITO; GILL; SHORT, 2009, p. 35).

Uma vez reconhecida a inscrição da violência sexual em um cenário amplo de relações sociais baseadas em gênero e poder, os instrumentos internacionais de direitos humanos passaram a considerar a sensação, o medo da violência e o assédio sexuais como constrangimentos permanentes para a mobilidade e, portanto, limitadores do acesso a atividades e recursos básicos, restritivos do pleno exercício dos direitos huma-

⁴ Pesquisa conduzida por Kenneth Ferraro, nos Estados Unidos, com o objetivo de mensurar a percepção de risco quanto a determinados crimes. O estudo obteve como resultado uma acentuada percepção de risco por parte das mulheres em relação a crimes violentos, apesar da maior incidência desses crimes contra homens. A explicação oferecida por Ferraro foi chamada “fantasma da violência sexual”, no original “Shadow of Sexual Assault”, ou seja: a possibilidade de a violência sexual somar-se à violência inicial aumenta a percepção de risco para mulheres em todos os crimes violentos, independente da probabilidade de vitimização.

⁵ O Capítulo 8 da obra de Susan Brownmiller, “Prison rape: the homosexual experience”, analisa a realidade vivida por homens condenados à prisão em regime fechado nos Estados Unidos, ressaltando a reprodução de simbologias de gênero nas relações de poder existentes nas penitenciárias e o modo como o gênero funciona como linguagem de produção dos corpos e hierarquias sociais.

⁶ Brownmiller (2013) revisita os registros históricos sobre a violência sexual, demonstrando seu caráter coercitivo e suas aplicações práticas, a exemplo dos conflitos armados; Askin (1997) analisa os crimes de guerra especificamente cometidos contra populações femininas; e Vito, Gill e Short (2009) discutem a tipificação do estupro como crime de genocídio pelo direito internacional.

nos⁷. Reconhecendo as mulheres como população particularmente vulnerável, devido às desigualdades históricas, destaca-se que a violência com base em pressupostos de gênero constitui obstáculo a que se alcancem objetivos igualitários, de desenvolvimento e de paz (FROSSARD, 2006, p. 189-190).

Nesta perspectiva, deve-se compreender que a relação entre a violência sexual e a destituição de poder social de um grupo específico pode estar matizada de características discriminatórias que ultrapassam o gênero, como raça, classe e religião (VITO; GILL; SHORT, 2009); sendo assim, faz-se necessário compreender as formas através das quais essas realidades se cruzam, a fim de analisar as vulnerabilidades e consequências particulares a grupos cujas identidades localizam em pontos de intersecção (CRENSHAW, 1991)⁸. Portanto, o fenômeno social de violação da autonomia sexual adquire contornos ainda mais amplos, interferindo na capacidade de produção de uma sociedade igualitária não apenas na questão de gênero, mas também de raça e classe.

Universidade: tensões de reprodução e ruptura

Resta evidente que a tolerância à violência sexual no ambiente universitário constitui não somente uma violação pontual aos direitos humanos do corpo discente, mas um contrassenso. Conforme afirmam Freire (1987, 2015) e Figueiró (2013), o processo de aprendizagem é permanente e ocorre por meio das sociabilidades, do diálogo entre as experiências, conhecimentos e perspectivas partilhadas pelos sujeitos, todos eles ao mesmo tempo educadores e educandos, produtores e produtos do mundo. A prática naturalizada de violações sexuais no contexto universitário é, de uma só vez, consequência e preditor de comportamentos violentos e de reafirmação da simbologia de gênero.

Ademais, sendo a universidade parte do conjunto de instituições cujo fim é a educação, além de espaço em que ocorre a capacitação profissional dos sujeitos, a limitação de acesso e permanência representada pela constante ameaça e pela ocorrência de crimes de caráter sexual caracteriza uma restrição particular à emancipa-

ção econômica e social das mulheres, principalmente aquelas que fazem parte de populações socialmente vulneráveis em razão de intersecções de classe, raça e sexualidade.

Entretanto, conforme exposto por Fisher, Daigle e Cullen (2010), existe uma tendência social a enxergar a universidade como um ambiente separado da vida social; uma espécie de “estufa” na qual os jovens podem amadurecer – e cometer transgressões – sem que as consequências “do mundo real” os atinjam. Compreender que a violência é um fenômeno social é essencial para a proposição de intervenções, para a criação de programas de prevenção e para a solução das desigualdades; portanto, empreender estudos que nos permitam conhecer e acessar a realidade acadêmica é um compromisso inadiável.

Na mesma linha de pensamento, Vianna e Unbehun (2004) afirmam que, sendo o gênero um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...] um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14) ou um “aparto semiótico” (LAURETIS, 1994) que confere significado e valor ao universo gendrado, os estudos sobre políticas educacionais e sobre a realidade do cotidiano estudantil deveriam utilizar-se do gênero como ferramenta de análise, tal qual proposto por Scott. Entretanto, raras são as investigações que consideram o viés de gênero para compreender os fenômenos sociais característicos da escola: seja o acesso e a permanência na educação básica, como citado pelas autoras, seja a realidade da violência sexual nas universidades.

Método

Critérios de seleção

Foi realizada uma pesquisa da literatura acerca da violência sexual em âmbito universitário utilizando as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus e Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP). As buscas foram realizadas com as seguintes categorias de palavras constantes do título, do resumo ou das palavras-chave, em português, em separado e combinadas:

⁷ Sobre as consequências e limitações advindas da violência sexual na realidade das vítimas, ver Russell (2003). Sobre as limitações sofridas por vítimas de violência ou ameaça de violência sexual nas universidades, ver Karjane, Fisher e Cullen (2002); Fisher, Daigle e Cullen (2010) e o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades (2015), disponível no endereço eletrônico em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3092.pdf>>.

⁸ Pode-se citar, por exemplo, o fato de que o número de homicídios contra as mulheres negras, no Brasil, cresceu 54,2% nos últimos dez anos, enquanto a incidência do mesmo crime contra mulheres brancas apresentou redução de 9,8% no mesmo período (WAISELFSZ, 2015).

Tabela 1 – Estudos encontrados em busca nas bases de dados Scielo, Scopus e SIBiUSP

Categorias	Scielo	Scopus	SIBiUSP
violência sexual	648	897	555
estupro	56	10	135
universidade	8150	7340	9343
universitários	2652	1350	3126
violência sexual / universidade	17	9	0
violência sexual / universitários	24	4	1
estupro / universidade	5	0	0
estupro / universitários	0	0	0

Para selecionar os artigos para esta revisão, foram excluídos os estudos encontrados nas buscas por categorias em separado e selecionados 60 estudos encontrados em buscas por categorias combinadas (46 na Scielo, 13 na Scopus e um no SIBiUSP). Em seguida, foi realizada avaliação do título e do resumo, sendo selecionados seis artigos e incluído um para esta revisão.

Os critérios de inclusão foram: estudos empíricos; estudos cujo foco seja a violência sexual; estudos cuja amostra populacional seja composta

por estudantes universitários; e estudos realizados no Brasil.

Os critérios de exclusão foram: estudos cujo escopo foge à violência sexual; estudos com populações não universitárias; estudos realizados fora do Brasil; e estudos repetidos na base de dados.

Resultados

O estudo selecionado e incluído para esta revisão está descrito na tabela a seguir:

Tabela 2 – Estudos sobre violência sexual nas universidades brasileiras

Autor, ano e título do estudo	População	Objetivo	Método	Resultado	Conclusão
(ZOTARELI, 2010). Violência de Gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista.	2430 universitários (as) Amostra de conveniência	Avaliar a prevalência de violência de gênero e sexual e a associação entre atitude de gênero e em ética e a experiência de sofrer e perpetrar esses tipos de violência, entre alunos de uma universidade paulista.	Estudo descritivo de corte transversal em que se fez análise secundária dos dados da pesquisa "Frequência e características da violência interpessoal entre alunos de graduação e pós-graduação de uma universidade paulista". Aplicação de questionário estruturado e pré-testado, respondido diretamente em arquivo computadorizado.	56,3% das alunas afirmaram ter sofrido algum tipo de violência desde seu ingresso na universidade, sendo 9,4% de violência sexual. 29,9% dos alunos disseram ter perpetrado algum tipo de violência, sendo 11,4% de gênero e 3,3% de violência sexual. Menores escores de atitude em ética associaram-se a maior probabilidade dos homens serem perpetradores de violência em geral, e especificamente de gênero. Residir com os pais e professar uma religião revelaram-se fatores protetores, tanto para sofrer quanto para perpetrar violências.	6,1% do total de participantes referiram já ter sofrido violência sexual desde seu ingresso na universidade. Quando consideradas apenas as alunas, o índice subiu para 9,4%. 2,5% do total de participantes declarou ter praticado violência sexual. Quando analisados somente os alunos, o índice subiu para 3,3%. A atitude de gênero não esteve associada à experiência de violência (para vítimas ou perpetradores). A atitude em ética esteve relacionada à prevalência de perpetradores. O local de moradia, a religião, o nível de estudos associaram à experiência de vitimização. A área de estudos e o local de moradia associaram-se à prevalência de perpetradores de violência de gênero. Somente a importância dada à religião esteve associada (inversamente) à experiência de homens perpetrarem violência.

Discussão

Somente um estudo encontrado atendeu aos critérios de pesquisa. Entre os estudos selecionados e não incluídos constam: uma pesquisa sobre a conscientização acerca da violência sexual em alunos de licenciatura; duas pesquisas sobre a violência em relacionamentos românticos entre estudantes universitários; e um estudo de validação metodológica para instrumento de estimativa sobre violência de gênero.

A escassez de estudos específicos sobre o tema no Brasil é, por si só, merecedora de atenção e preocupação. Consoante ao exposto anteriormente, a investigação de violações de natureza sexual nas universidades brasileiras é uma iniciativa recente, fomentada pela pressão das próprias organizações estudantis que, acolhendo as vítimas, exigiram providências e ações para salvaguardar o direito à educação, à dignidade e à autonomia. Segundo Fisher, Cullen e Turner (2000), esse foi exatamente o caminho trilhado pelos estudos estadunidenses, ou seja, a combinação entre a crescente preocupação popular com o tema, o aumento das denúncias de crimes ocorridos nas universidades, a mediação dos casos e as acusações de ineficiência na intervenção por parte das instituições causou aumento do interesse pelo tema e, consequentemente, uma proliferação de estudos sobre o contexto universitário de violência sexual e de gênero. Portanto, é possível que futuramente se multipliquem as abordagens acadêmicas adota-⁹.

O estudo de Vilma Zotareli (2010) é inovador na medida em que aborda uma temática até então praticamente invisível aos olhos das instituições nacionais. O objetivo do trabalho foi avaliar a prevalência de violências sexual e de gênero, bem como relacionar a atitude de gênero e ética dos universitários à experiência de perpetrá-las ou sofrê-las. A metodologia adotada pela pesquisadora foi o estudo descritivo de corte transversal com dados colhidos pela aplicação de um questionário estruturado.

Alguns dos resultados obtidos pela autora estão alinhados a estudos anteriores, como a prevalência de homens entre os vitimizadores e de mulheres entre as vítimas e a relação direta entre violência em geral, de gênero e sexual

(CERQUEIRA; COELHO, 2014; FISHER; DAIGLER; CULLEN, 2010). Porém, há divergências a serem consideradas, como a influência da religião na prevalência de vitimizadores: o estudo de Zotareli conclui que a importância dada à religião reduz a probabilidade de que o aluno torne-se perpetrador de violência, em contrapartida, estudo realizado pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social do IPEA (OSÓRIO; FONTOURA, 2014) concluiu que a religião não é fator determinante na violência de gênero, mas sim a adoção de determinados valores (o que corrobora a relação, também encontrada por Zotareli, entre atitude ética e violência).

No que toca à técnica adotada por Zotareli para a medição de violência sexual, há semelhanças e divergências com a bibliografia utilizada neste trabalho. Enquanto Cerqueira e Coelho (2014) utilizaram as estatísticas do Ministério da Saúde no ano de 2011; Osório e Fontoura (2014), que mediram a tolerância à violência, utilizaram afirmações marcadas por posicionamentos discriminatórios, com as quais os entrevistados poderiam concordar ou não. O estudo realizado pelos institutos Avon e Data Popular (2014) utilizaram técnica semelhante à desenvolvida por Diana Russell e descrita por Fisher, Daigler e Cullen (2010), com perguntas que apresentaram linguagem gráfica e descritiva de comportamentos a fim de reduzir ao máximo a influência da interpretação individual nos resultados.

Zotareli, por sua vez, utiliza questões que descrevem o comportamento violento ou coercivo — “forçar fisicamente”; “você [...] estava com medo” (ZOTARELI, 2010, p. 80) — mas deixa aberto à interpretação o caráter erótico das práticas, descrevendo-as apenas como “relações sexuais”. Uma vez que os limites da prática sexual/erótica são contextuais e historicamente determinados — somente em 2009 a legislação nacional passou a reconhecer como estupro práticas não consensuais que não incluem penetração — seria coerente com a metodologia proposta que as práticas sexuais também fossem, descritas.

Na medição dos escores de atitude em gênero, foram elencadas atividades (limpar a casa, dirigir caminhão, chorar, entre outras) para que os estudantes classificassem-nas como “coisa de mulher”, “coisa de homem”, “ambos”, “não sei” e “não tenho opinião formada” (ZOTARELI,

⁹ Na USP, a título de exemplo, as reivindicações das estudantes impulsionaram a criação da Rede Quem Cala Consente, uma organização composta por professoras da Universidade com o objetivo de reunir e integrar pesquisas e ações sobre violência de gênero e, principalmente, violência sexual.

2010, p. 77). Essa abordagem denota uma aplicação rasa do conceito de gênero e da forma como ele se insere na vivência social. Conforme propõe Joan Scott (1995), o gênero deve ser considerado instrumento de análise social, visto que, como definido por Teresa de Lauretis (1994), constitui um aparelho semiótico, ou seja, uma linguagem – em seu sentido mais amplo – que dá significado ao mundo. Scott afirma, ainda, que a interpretação dos símbolos com base em saberes de gênero evoca representações múltiplas – e, portanto, situacionais –, passando pela identidade subjetiva do sujeito, o que Lauretis chama de “autorrepresentação” (LAURETIS, 1994), o que torna difícil medir a atitude de gênero isolada dos comportamentos com os quais se deseja confrontá-la¹⁰. Sendo assim, considera-se que a caracterização de determinadas atividades como “coisas de homem ou de mulher” é uma das consequências da interpretação engendrada da sociedade, mas de forma alguma esgota a influência do gênero nas relações interpessoais, comprometendo a confiabilidade do resultado de que o gênero não esteve associado à prevalência de vitimizadores, obtido por Zotareli.

Por outro lado, vale ressaltar que a amostra – 2430 estudantes que responderam voluntariamente a pesquisa – e o alcance – apenas uma universidade – são reduzidos e, portanto, não devem ser tomados como representativos da realidade nacional. Os estudos realizados nos Estados Unidos e compilados por Fisher, Daigler e Cullen (2010), por exemplo, se deram ao longo de décadas, em todo o território estadunidense, realizados por uma gama de pesquisadores de diferentes áreas. Uma vez que não foram encontrados estudos nacionais que se assemelhem à pesquisa de Zotareli, resta impossível estabelecer paralelo válido, dadas as diferenças jurídicas e socioculturais que dividem a realidade brasileira da encontrada em outros países.

Conclusão

A violência sexual nas universidades, embora espelhe um fenômeno social que se insere em todas as esferas da vivência humana, acarre-

ta ônus acentuado na medida em que dificulta o acesso de mulheres à formação acadêmica e à educação enquanto requisito para o exercício de direitos humanos e cidadania. Ademais, as peculiaridades do contexto universitário (a faixa etária dos estudantes, a cultura universitária, a prevalência de crimes cometidos por conhecidos, o uso de drogas, entre outros fatores) fazem com que os crimes perpetrados na universidade diferenciem-se sobremaneira do chamado “estupro real” (ESTRICH, 1987), o que coloca o status de vítima da pessoa violentada em dúvida ante a comunidade, dificultando o acesso a apoio institucional e à justiça.

Tendo em vista o caráter cultural da violência, relacionada à desinformação sobre a sexualidade, autonomia e o consentimento, estudos e projetos de enfrentamento que dela se ocupam deparam-se com a necessidade de uma metodologia específica. Ao mesmo tempo em que ela precisa dirimir obstáculos como a naturalização da violência de gênero e a culpabilização da vítima, deve, também, estar adaptada à realidade nacional (utilizando conceitos jurídicos e limites legais da autonomia segundo a legislação nacional sem, contudo, deixar de dialogar com os conceitos utilizados internacionalmente). Faz-se necessário, portanto, desenvolver uma metodologia própria, capaz de apreender e analisar os aspectos culturais do país e sua influência no contexto de violência.

Do mesmo modo, a realidade encontrada nos estudos internacionais não pode ser tomada como modelo para o contexto nacional; faz-se necessário apreender as particularidades da violência no Brasil e propor soluções específicas para esta realidade. O fato de que apenas um estudo tenha atendido aos critérios de pesquisa demonstra que não há um mapeamento da prevalência de agressões, tampouco dos fatores socioculturais envolvidos ou das suas consequências, o que impossibilita a proposição de projetos e o planejamento de intervenções.

¹⁰ Para medir a tolerância à violência contra a mulher, a pesquisa realizada pelo IPEA (OSÓRIO; FONTOURA, 2014) utilizou-se de afirmações com as quais os entrevistados poderiam discordar ou concordar total ou parcialmente (“o que acontece em casa não interessa aos outros”; “a mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade”; “uma mulher só se sente realizada quando tem filhos”). A pesquisa – “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?” –, realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular, em 2014, utilizou-se da mesma metodologia, concluindo que, ao serem confrontados conscientemente, os homens não admitem valores hierarquizados e desiguais de gênero; entretanto, ao responderem questões específicas, a porcentagem de homens que admitem perpetrar agressões vai de 4% para 55%.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL [on-line]. *CPI para investigar abusos em universidades paulistas é protocolada na Alesp*. 25 nov. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/cpi-para-investigar-abusos-em-universidades-paulistas-e-protocolada-na-alesp>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- ASKIN, Kelly Dawn. *War crimes against women: prosecution in international war crimes tribunals*. Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 1997.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato n.º 56, de 2014, com a finalidade de “investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados ‘trotos’, festas e no seu cotidiano acadêmico”. *Diário Oficial [do Estado de São Paulo]*, São Paulo, SP, v. 125, n. 67, 15 abr. 2015. Supl., p. 1-2600, 15 abr. 2015.
- BROWNMILLER, Susan. *Against our will: men, women and rape* [eBook]. Open Road Media, 2013.
- CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21842/>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: interseccionalidade, identidade política, e violência contra mulheres de cor. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- ESTRICH, Susan. *Real Rape: how the legal system victimizes women who say no*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1987.
- FERRARO, Kenneth. Women’s fear of victimization: shadow of sexual assault? *Social Forces*, v. 75, n. 2, p. 667-690, 1996.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide. *Educação sexual no dia-a-dia*. Londrina: Edel, 2013.
- FISHER, Bonnie S.; DAIGLE, Leah E.; CULLEN, Francis T. *Unsafe in the ivory tower: the sexual victimization of college women*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington: Sage Publications, 2010.
- FISHER, B.; CULLEN, F.; TURNER, M. *The sexual victimization of college women*. Washington, D.C.: US. Department of Justice, National Institute of Justice and Bureau of Justice Statistics, 2000. Disponível em: <<http://secure.energyhomestudyce.com/articles/100186/SexualVictimizationCollege100186/>>. Acesso em: 01 dez. dezembro de 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. *Obra de Paulo Freire. Série Artigos*, 1967. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/11228#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 04 dez. 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FROSSARD, Heloisa (org.). *Instrumentos internacionais de direitos das mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- Alunas da USP se unem para combater abusos e dar apoio às vítimas de agressão: após denúncias de estudantes de Medicina, relatos de outros cursos e até de funcionárias chegam aos grupos. O Globo, 09 dez. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunas-da-usp-se-unem-para-combater-abusos-dar-apoio-as-vitimas-de-agressao-14774215>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. *Violência contra a mulher: o jovem está ligado?*, 2014. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisa-AVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

KARJANE, Heather M.; FISHER, Bonnie; CULLEN, Francis T. *Campus sexual assault: how America's institutions of higher education respond*. Final Report, NIJ Grant #1999-WA-VX-0008. Newton, MA: Education Development Center, Inc., 2002.

LAURETIS, Teresa de. Eccentric subjects: *feminist theory* and historical consciousness. *Feminist Studies*, v. 16, n. 1, p. 115-150, 1990.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994., p. 206-242.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natália. *Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2014. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bágoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

RUSSELL, Diana. *The politics of rape: the victim's perspective*. Lincoln: iUniverse, 2003.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SINOZICH, Sofi; LANGTON, Lynn. *Rape and sexual assault victimization among college-age females, 1995-2013*. US Department of Justice, Office of Justice Programs, The Bureau of Justice Statistics, 2014. Disponível em: <<http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/rsavcaf9513.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6, n. 10, p. 28-51, 2009.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília:

FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/Mapa-Violencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

WITTIG, Monique. *The straight mind*. *Feminist Issues*, v. 1, n. 1, p. 103-111, 1980.

WITTIG, Monique. One is not born a women. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle Aina; HALPERIN, David M. (org). *The lesbian and gay studies reader*. Nova York, Londres: Routledge, 1993., p. 103-109.